

# **A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA CIDADE DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA.**

PEREIRA, Bruna Silva Pinto, RU: 1396765

(Bacharelada em História pelo Centro Universitário Internacional UNINTER)

BONFIM, Lucilia M. Goulart de Andrade

(orientadora convidada)

**RESUMO** Esse artigo tem como intuito destacar a importância da preservação patrimonial histórica cultural material e imaterial, nas cidades cujo acervo histórico tem sido perdido por falta de políticas públicas adequadas. Será realizado um diálogo para definição de conceitos como memória, história e patrimônio. Ampliando o debate sobre educação patrimonial e a participação da sociedade na preservação patrimonial. Objetiva-se através desse artigo alertar para a necessidade de resguardar a memória como formação de identidade coletiva. Notificando os órgãos responsáveis pela proteção de patrimônio, ressaltando a obrigatoriedade do poder público diante da sociedade. Como solução de conservação de memória e história, sugere-se a criação de casas de memória e museus. Através de um levantamento bibliográfico, com fichamento de obras e diálogo com autores, esse artigo foi elaborado. Com a intenção de demonstrar que a cultura de uma sociedade é o que forma esse sentimento de identidade e pertencimento. E a proteção desses bens materiais ou imateriais, como as tradições, festas e eventos, fazem de indivíduos uma sociedade. E como uma ação cidadã a busca pela preservação patrimonial entende-se como parte de nossos direitos e deveres. Valorizando o sentimento de identidade coletiva.

**Palavras-chave: Patrimônio. Memória. História. Preservação.**

## **1. INTRODUÇÃO**

A memória está sempre interligada a quem somos, aquilo que nos define, que nos identifica, que escreve nossa história através de nossas lembranças; e a História é como se fosse um pergaminho que sustenta e registra todas as memórias que lhe são depositadas, mas que se não cuidado e preservado esse pergaminho se deteriora e se perde com o incansável e ininterrupto agir do tempo. Diante desse sentimento poético que envolve a relação entre memória e história, nos encontramos com uma cruel realidade de esquecimento e perdas incalculáveis do patrimônio e da cultura, que conseqüentemente afetam a

perspectiva de identidade de um povo.

Esse artigo tem como objetivo ampliar o conhecimento e dialogar o conceito de memória, história e patrimônio, e debater a importância da preservação patrimonial, sendo também uma forma de construção da identidade coletiva de uma sociedade. Na análise desses conceitos traremos debates, com autores relevantes para o tema, compreendendo assim onde cada aspecto se encaixa na formação de nossa identidade, conservando nossa memória para escrever a história da qual nos sentimos pertencentes de um determinado lugar, e dessa forma surgindo aquilo que denominamos identidade coletiva.

E para florir esse sentimento de identidade é necessário que haja uma conscientização da população sobre o assunto, ou seja, uma Educação Patrimonial visando demonstrar a importância da conservação de suas memórias e da preservação de seu patrimônio e sua cultura sendo ela material ou imaterial. Demonstrando as pessoas que suas tradições, festas, memórias é um conjunto de patrimônio que quando reunido com as culturas de outras pessoas se torna um legado a qual necessita ser resguardado.

O intuito desse estudo, é orientar quais passos deve-se dar, e em que direção ir quando trata-se de Patrimônio, sabemos que hoje no Brasil existe já um conjunto de leis vigentes que traz segurança e garantia de proteção a lugares e/ou prédios que carecem de um tombamento, e também leis que garantem a conservação de tradições, festas e eventos que já fazem parte da identidade coletiva de um lugar, esclarecendo a importância de se proteger esse patrimônio e essa cultura para as gerações posteriores. Portanto se faz necessário grande empenho do poder público e participação ativa da população na execução dessas políticas públicas.

E para alcançar esses objetivos, a forma metodológica utilizada na realização dessa pesquisa, foi um levantamento bibliográfico, trazendo renomados autores para criar um diálogo e levantar um debate sobre conceitos, leis e participação da sociedade na busca da preservação da História onde se vive, utilizando a cidade de Palmas de Monte Alto, no interior da Bahia, como um exemplo a ser exposto e estudado. Em uma abordagem qualitativa, buscando em artigos, sites e livros, trazemos aqui mais que um artigo, mas uma conscientização de que ao preservar nossa História, nosso Patrimônio, nossas Memórias, estamos guardando um pouco de nós mesmos para aqueles que viram no futuro.

## 2. PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E HISTÓRIA: DIALOGANDO CONCEITOS, EDUCAÇÃO E PRÁTICA

Quando tentamos conceituar memória e história, deparamos com uma linha tênue que nos leva a um debate de significados e representações, pois apesar de não ser sinônimas, ambas estão indiscutivelmente interligadas, principalmente quando a pauta desse assunto é a identidade coletiva e conseqüentemente a preservação de patrimônio. Nora (1993, p. 9) traz uma distinção interessante do tema quando diz “A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica”, trazendo uma visão de que uma até mesmo se opõe a outra.

Então vamos entender mais sobre memória, conforme Machado e Rodrigues (2010, p. 23) “A memória constitui um fator de identificação humana; é a marca ou sinal de sua cultura. É ela que nos distancia ou que nos aproxima.”, isso nos leva a questão da identidade, a memória é aquilo nos identifica e nos molda a ser quem somos, da onde viemos, e a que lugar pertencemos; Le Goff (1990, p. 250) diz que a memória é essencial para a identidade, seja ela individual ou coletiva, ressaltando que a memória coletiva é um instrumento e um objeto de poder, não somente uma conquista.

Compreendemos que falar em memória sem falar em identidade é praticamente impossível, mais quando falamos em memória coletiva ampliamos um pouco mais esse conceito, para Scarpim e Trevisan (2018, p. 52) “para a memória coletiva é fundamental a presença do sentimento de identidade.”. Se analisarmos o pensamento de Machado e Rodrigues (2010, p. 23):

Percebe-se que a memória é sempre atual, pois a qualquer momento se pode evocá-la. É vivida no eterno presente; aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; alimenta-se de lembranças vagas, criando conseqüentemente assim o sentimento de pertencimento e identidade etc.

Percebe-se que trazer à tona o conceito de identidade é o mesmo que se embaraçar em uma teia na qual a somente uma ponta para desfazer o emaranhado de fios; no entanto se nos aprofundarmos um pouco mais poderemos

ter uma compreensão melhor desse diálogo, e para isso é importante uma exploração na área que envolve nossa memória, trazendo também a história para esse debate; é irrevogável o papel da memória na formação da identidade coletiva como vemos a seguir:

Falar em memória coletiva é tratar de algo complexo, pois esta não tem um só narrador. Aliás, os diferentes agentes influenciam de variadas formas a construção da memória coletiva. A memória ao definir o que é comum a um grupo, também serve de veículo de diferença em relação aos demais, além de fundamentar e reforçar os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (SCARPIM; TREVISAN, 2018, p. 215).

E esse sentimento de pertencimento que nos leva a entrar no conceito de História, pois ao mesmo tempo que se opõe, um complementa o outro. Como esclarece Scarpim e Trevisam (2018) a história procura impor certa distância dos acontecimentos do passado, levando em conta que em grande parte da situação o historiador não viveu o que narra, ao contrário da memória, com essa postura de distanciamento a história demonstra uma área de conhecimento distinta, como disciplina científica. E é exatamente por ser uma ciência que a História se torna fundamental na conservação de uma memória, na formação de uma identidade e na preservação de um patrimônio e de uma cultura. Nora (1993, p. 14) vai dizer que “a necessidade de memória é uma necessidade da história”.

A história contemporânea tem aberto um leque de possibilidades de estudo e pesquisas em fontes escritas, em fontes orais, memórias e tantos outros meios de informação e busca pelo conhecimento, que se derrubou a teoria de história de grandes homens e grandes feitos, para Le Goff (1990) *apud* Paul Veyne (1968, p. 424), “pouco a pouco tomaram consciência de que tudo era digno de história: nenhuma tribo, por mais minúscula que seja, nenhum gesto humano, por insignificante que pareça é indigno da curiosidade histórica”.

Quando falamos em formação de identidade coletiva, deparamos com a dificuldade de unir memórias, tradições, e histórias de um grupo de pessoas, que podem ter vários pontos de vista do mesmo momento vivido; é nesse momento que historiadores precisam de olhares críticos para que a formação de identidade coletiva seja feita com coerência e metodologia científica:

É de interesse de grupos sociais diversos, tais como os sobreviventes

do Holocausto e os imigrantes, que sua memória seja coletada e analisada pela crítica histórica, pois, além de preservá-la, a história manterá o que é essencial e evitará conferir-lhe um caráter muitas vezes deturpado de verdade absoluta (SCARPIM; TREVISAN, 2018, p. 35).

E é exatamente nesse momento que entramos no conceito de patrimônio, quando unimos, memória, história, formando identidade, a visão de patrimônio e cultura surge, trazendo consigo o cuidado de se guardar e proteger aquilo que não deve ser perdido nem esquecido. O conceito trazido por Maria Ferreira, demonstra isso, “quando se fala em patrimônio, para além da linha jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento” (2006, p. 79). Dessa forma, com a intenção de aprofundarmos mais no tema de patrimônio, cultura e preservação vamos ampliar nosso diálogo a seguir.

## **2.1 Educação Patrimonial e Preservação Patrimonial e Cultural**

A preservação patrimonial e cultural material e imaterial tem sido de suma importância para formação de identidade coletiva, e da preservação de memória histórica de uma sociedade. Quando nos deparamos com uma construção, que seja, por exemplo da época do império, o ato de preservá-la conta, não somente a história daquela construção em si, mas de quem viveu nela, para que ela era utilizada, qual o contexto a envolvia no auge da vida ativa daquela propriedade, contudo precisa-se o tombamento desse patrimônio para que essas informações e conhecimentos não sejam perdidos ou deteriorados com o tempo, conforme exemplifica Maria Ferreira (2006, p. 79):

[...] o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sócias e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.

No Brasil no ano de 1937 foi criado o órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico do país, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e através dele foi surgindo os primeiros debates do caberia no conceito de patrimônio. Mas antes da fundação do IPHAN, a constituição de 1934 já

deixava claro a incumbência do poder público como responsável pela proteção desses patrimônios como podemos ver:

A Constituição Federal Brasileira de 1934, ou seja, antes mesmo da criação do IPHAN (1937), havia estabelecido a obrigatoriedade de o Poder Público proteger os bens culturais, inclusive mediante tombamento, o qual pode ser protagonizado pela administração federal, estadual ou municipal, de acordo com o local onde o bem se encontra e do interesse que gera. (MARCHETTE, 2016, p. 39).

Para a realização da proteção desses patrimônios, além do tombamento a qual já foi mencionado, temos os lugares de memória, segundo Rodrigues e Machado (2010, p. 25):

São lugares de memória: museus, arquivos, bibliotecas, e outros sendo encarregados de preservar a lembrança do passado. Os lugares de memória então, podem ser considerados esteios da identidade histórica, contribuindo consideravelmente para evitar o esquecimento e desprendimento do passado.

São esses lugares que abrigam objetos, artefatos arqueológicos, biografias e tudo aquilo que entendemos como estudo do passado. Quando dizemos lugares de memória podemos ampliar nosso entendimento para locais talvez inimagináveis, conforme Nora (1993, p. 13): “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões da eternidade.”.

Com o passar do tempo, o conceito de patrimônio foi ampliado com a inserção da dimensão imaterial, como informa Tatiana Marchette (2016), com a nova Carta Constitucional (1988) trazendo em seus textos novas questões sobre patrimônio cultural, inclusive trazendo uma força maior para a palavra cultura no lugar de histórico e artístico, valorizando os modos de “criar, fazer e viver”.

As tradições, eventos religiosos, conhecimentos artísticos passados de geração a geração, ganhou seu espaço na proteção de patrimônio, enaltecendo assim a memória seja individual ou coletiva, definindo de forma mais abrangente e amplo o sentimento de identidade e pertencimento. Mas para que todo esse patrimônio seja alcançado é preciso incentivar a sociedade a ter uma visão de pertencimento e proteção desse legado, isso quer dizer que é fundamental que a

sociedade seja educada nesse sentido. Por isso entraremos também na definição e conceito de Educação Patrimonial, Tatiana Marchette vai expor que “a educação patrimonial é uma das mais interessantes maneiras de promover esse olhar crítico sobre a história e a memória, tendo como balizas os significados políticos e culturais da preservação do patrimônio” (2016, p. 43).

Educar a população a respeito desse cuidado com sua cultura é primordial na busca da preservação de patrimônio, é transmitir o conhecimento de leis e métodos que se alcance a proteção do patrimônio de determinado grupo social, é enfatizar a importância desse cuidado com a sua história para o futuro dessa sociedade, é garantir que se mantenha viva a memória, a tradição, a cultura, as conquistas do seus antepassados, e quem lutou para que seu lugar de vivência seja o que ele é hoje, e para que esse sentimento de pertencimento passe para gerações futuras. Assim pode-se dizer:

Educação Patrimonial é também o conhecimento de todos esses mecanismos jurídicos dos quais se pode lançar mão em defesa do patrimônio cultural, o que equivale a almejar e lograr qualidade de vida no presente em convivência com vestígios do passado. É um pacto social em defesa da vida. (MARCHETTE, 2016, p. 70).

Sendo assim a educação patrimonial é a base para o surgimento de uma política de preservação em uma cidade. Compreendendo que a sociedade precisa ser ativa e participativa para solicitar dos órgãos competentes as medidas necessárias para essa proteção histórica e cultura do patrimônio de uma sociedade. Esclarecendo que política pública de preservação patrimonial é um conjunto onde se trabalha o poder público e a sociedade;

Partindo do consenso de que tal política é responsabilidade dos poderes em todas as esferas (federal, estadual, municipal, e do distrito federal), com colaboração da sociedade, desde a Carta de 1988, o acesso aos bens de culturais e a fruição que podem despertar são, portanto, um direito e um dever. (MARCHETTE, 2016, p. 67).

Portanto, para que esse tema seja melhor explanado e tenhamos uma visão ampla da problemática enfrentada por diversas cidades que tem perdido seu patrimônio histórico cultural, por falta de políticas públicas de preservação, iremos explorar uma cidade com grande potencial histórico cujo patrimônio carece de proteção, como exemplo.

## **2.2 Palmas de Monte Alto – Ba: A caminho da preservação Patrimonial e cultural**

A cidade de Palmas de Monte Alto é uma das cidades mais antigas da Bahia tendo 180 anos de emancipação política, contudo sua história começa muitos anos antes; em 1730 o território onde consta Monte Alto, foi adquirido por Francisco Pereira de Barros, onde surgiu a fazenda Riacho da Boa Vista. Francisco vulgo Pereirinha criava cabeças de gado nessas terras, até que então ele perdeu alguns de seus gados, muito devoto Pereirinha fez uma promessa a Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, no qual, se ele encontrasse os animais, construiria uma capela para a santa, após um determinado tempo os animais foram encontrados.

Assim no ano de 1736 com a construção da capela surge a Vila de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto, (Monte Alto, foi o nome escolhido, devido ao local ser rodeado por uma serra, na qual foi catalogada em 1879, onde hoje é uma unidade de conservação ambiental, conhecida como Parque Estadual da Serra dos Montes Altos); Pereirinha devotado a santa, mandou que fizessem direto de Portugal imagens da santa e do Senhor Morto, em tamanho real entalhada em madeira. Devido à idade da cidade, a muitas construções de arquitetura colonial, seja nas ruas ou praças mais antigas.

Dentro da cidade se encontra vários casarões com arquitetura colonial, sendo uma delas a atual prefeitura, e o casarão que abriga o presídio da cidade, tendo também diversas fazendas onde as casas da sede são em estilo colonial. Infelizmente muito desse patrimônio tem se deteriorado por falta de preservação como é o caso das ruínas da Igreja Nova, que sofreu uma tentativa de ser derrubada, sobrando apenas a base, algumas colunas e pedaços de parede dessa antiga igreja.

Além de todo esse patrimônio material, a cidade de Monte Alto ainda conta com uma importante cultura imaterial, ou seja, eventos e tradições que já faz parte da história da cidade, como o Desfile de 7 de setembro, a Festa da Padroeira Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens que é a maior e mais antiga tradição da cidade, e a Festa do Divino Espírito Santo, que por ser uma comemoração típica de vários lugares da Bahia, foi considerada Bem Cultural Imaterial do Estado



da Bahia no ano de 2017.

Agora que conhecemos um pouco mais da cidade de Palmas de Monte Alto e sua história, podemos analisá-la de forma a exemplificar como poderíamos buscar uma preservação patrimonial para esse município, e qual a necessidade dessa proteção. As cidades com um patrimônio como Palmas de Monte Alto, tendem a ser um local turístico e histórico quando as políticas públicas de preservação são aplicadas, como relata Tatiana Marchette:

Desde o início da política patrimonial brasileira, as cidades e seus centros históricos sempre estiveram na mira das ações de preservação. Em 1933, antes mesmo da Constituição de 1934 e da criação do IPHAN, a mineira Ouro Preto, graças a um decreto federal, foi considerada monumento nacional pelo seu acervo arquitetônico. (2016, p. 67).

E na intenção de abranger de forma jurídica com mais precisão a área de preservação urbana, foi instituído em 2001, o Estatuto da Cidade, para Marchette (2016) *apud* Rodrigues e Miranda (2012, p. 271):

O Estatuto da Cidade não deixa dúvida: proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural não é mera faculdade ou opção dos administradores das cidades e executores das políticas urbanas municipais, mais sim um dever indeclinável, uma inafastável imposição de ordem pública e interesse social em prol do bem coletivo.

O cuidado da salva guarda patrimonial de uma cidade está ligada direto a cidadania, aos nossos direitos e deveres, da mesma forma que buscamos o progresso para evolução visando o futuro, necessitamos entender que preservando o passado contribuimos para esse progresso, a modernização do agora não substitui a preservação do que passou. E podemos compreender melhor conforme Rodrigues e Machado (2010) citando Paoli (1992, p. 2):

O reconhecimento do direito do passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o antigo ou fixar o moderno. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como sentimento de

“fazer parte” de sua feitura múltipla.

Diante do que foi exposto até aqui, já se pode compreender a suma importância da preservação do patrimônio cultural material e imaterial nas cidades como formação de identidade coletiva e de interesse social para o bem comum de uma sociedade. Já o exemplo que aqui demonstramos, a cidade de Palmas de Monte Alto, nota-se um acervo arquitetônico colonial, uma cultural imaterial de muitos anos que faz parte da história daquela população, e todo esse patrimônio corre o risco de se perder com o tempo, pois não se tem no município uma política de preservação adequada, vemos a necessidade urgente de se resgatar e resguardar toda essa memória e reconstruir sua história para que não seja lançada ao esquecimento, portanto cabe aos gestores públicos e sociedade civil organizada, propor projetos de preservação de patrimônio histórico e cultural perante aos órgãos competentes, visando a criação de casas de memória e/ou museus, e o tombamento das construções de arquitetura colonial para que sejam conservadas. Sendo assim a participação da sociedade nesse processo é indispensável, e a obrigatoriedade do Poder Público em proteger o patrimônio do seu local de jurisdição.

Resguardar o patrimônio e a memória de uma cidade é dar aos seus cidadãos, uma história além da sua individualidade, dando lhes também um sentimento de pertencimento ao lugar e de escrever a história junto com seus conterrâneos. Gisele Rodrigues e Neli Miranda traz de forma poética e bela uma reflexão sobre esse tema:

Tratar bem a memória não é somente vislumbrar uma peça antiga, mas é dar luz ao obscuro mundo da história perdida; é dar ao cidadão a chance de se identificar com o lugar onde mora; é tornar o seu povo muito mais politizado e comprometido, seguros de si e unidos por um propósito em comum. Uma cidade sem memória é uma cidade sem história, largada às moscas, onde qualquer um vem e suga o que tiver de melhor e vai embora, onde os cidadãos vivem individualmente, sem se preocupar com o social, uma cidade estagnada econômica e socialmente, violenta e pobre. (2010, p. 26).

Ao compreendermos a importância da história, da preservação da memória, da necessidade da proteção do patrimônio, começamos a entender um pouco mais de nós mesmos, quem somos, do que queremos, e temos uma visão ampliada daquilo que está a nossa volta, percebemos mais o próximo, notamos

que nossa trajetória estará sempre interligada com o caminho do outro, e é exatamente essa junção de caminhos que nos torna uma sociedade, que nos faz sermos além de indivíduos, sermos um conjunto, um todo, uma lugar de pertencimento, um sentimento de coletividade, uma busca de identidade. Ao notarmos que nossas histórias, memórias, tradições se entrelaçam, nos damos conta que não estamos sós, que não somos sós. Somos todos um, em busca de um futuro, que começa resguardando nosso passado.

### **3. METODOLOGIA**

Quando nos empenhamos a realizar uma determinada ação, seja ela mais simples que pareça, surge em nosso pensamento uma certa organização, um planejamento para que essa ação seja bem-sucedida. No meio acadêmico é praticamente da mesma forma, a diferença que esse planejamento precisa ser conciso, específico e metuculoso, o que nos leva a palavra científico.

Esse processo científico foi interpretado com o passar dos anos, levando a compreensão que de certa forma é uma busca pelo conhecimento utilizando métodos característicos, conforme Santos, Molina e Dias (2014) citando Vasconcelos (2002, p. 59):

O cenário para uma revolução na história do pensamento científico [...], pautada nos seguintes pressupostos: o universo é simples; o acesso ao universo vem de um único método, o método leva a única verdade e a metodologia fundamenta essa concepção de conhecimento.

Realizar uma pesquisa, utilizando um método, torna a mais objetiva. Quando fazemos uma pesquisa científica, utilizamos uma metodologia, ou seja, métodos específicos para cada resultado almejado com aquele determinado trabalho. Sabemos que pesquisar é algo comum nos dias atuais, pesquisamos uma receita para o almoço de domingo, pesquisamos um presente para o namorado, pesquisa-se a grafia correta daquela palavra para o trabalho de redação, a “busca” por alguma informação já faz parte do nosso cotidiano.

No entanto precisa-se fazer uma distinção entre uma simples pesquisa, para uma pesquisa científica, e para uma maior compreensão Santos, Molina e

Dias explica o que seria uma pesquisa científica “pode ser caracterizada como atividade intelectual intencional que visa responder às necessidades humanas. Objetiva, fundamentalmente, contribuir para a evolução do conhecimento humano em todos os setores da ciência.” (2014, p.122).

Agora que já se tem um pouco do significado de pesquisa científica, vamos abordar a metodologia utilizada para a realização desse artigo, quais os procedimentos foram aplicados para se chegar aos resultados desejados.

De acordo com Santos, Molina e Dias (2014), as pesquisas são divididas de acordo com sua natureza, objetivo e procedimento. E no que refere a natureza de uma pesquisa podemos classificar como pura ou aplicada, a pesquisa feita para esse trabalho foi uma pesquisa de natureza Pura na qual “observa-se a aquisição do conhecimento de forma teórica, sem finalidade de utilização (prática).” (Santos; Molina; Dias, 2014, p. 122).

Já na área de objetivos, as pesquisas são separadas por descritiva, exploratória e explicativa, cada uma dessas divisões tem suas especificidades, e qual melhor se adequou a pesquisa aqui realizada foi a pesquisa de objetivo explicativo, que como o nome diz tem a intenção de explicar um determinado evento, como demonstra Santos, Molina e Dias (2014), apud Gil (2002, p. 41), “esse é o tipo de pesquisa que mais se aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

Para demonstrar com mais clareza como essa pesquisa foi elaborada utilizando essa metodologia, vamos mostrando os métodos e apresentando os procedimentos. A pesquisa feita para esse artigo buscou ampliar os conhecimentos e conceitos sobre memória, história e preservação patrimonial e cultural, demonstrando sua importância e relevância, na formação de uma identidade coletiva e na proteção do legado de uma sociedade, tornando-a como foi mencionado uma pesquisa pura e explicativa.

No que refere aos procedimentos práticos de uma pesquisa, a mesma pode ser subdividida em várias etapas sendo elas; bibliográfica, de campo, documental, experimental, de estudo de caso, de pesquisa-ação, participante, ex post-facto, de levantamento, e de coorte. Cada uma dessas etapas tem um método distinto para cada pesquisa, e a que foi utilizada nesse estudo foi a bibliográfica. Novamente trago a definição de Santos, Molina e Dias:

Bibliográfica – é um tipo de pesquisa obrigatória a todo e qualquer modelo de trabalho científico. É um estudo organizado sistematicamente com base em materiais publicados. São exigidas a busca de informações bibliográficas e a seleção de documentos que se relacionam com os objetos da pesquisa. Entre os materiais que podem ser fontes de informação e conhecimento, os mais utilizados são livros, revistas (periódicos), textos da internet, documentários, fitas de vídeo, DVDs, entre outros. (2014, p. 123).

Ao fazer um levantamento bibliográfico, precisamos ter alguns cuidados necessários ao selecionar as fontes das quais iremos trabalhar, principalmente quando essas fontes são selecionadas da internet. Quando a delimitação do tema for feita inicia-se a busca por fontes que irão corroborar na discussão do assunto estudado, para se chegar as obras que serão as fontes desse artigo, primeiro deve ser feito uma pesquisa por artigos e livros que dialogam sobre o tema em questão; destacando que quando buscamos fontes na internet precisamos ter o cuidado de procurar em sites confiáveis, sites acadêmicos ou as bibliotecas virtuais da faculdade.

Após o levantamento dessas fontes, é realizado o fichamento dessas obras, ou seja, seleciona o que é mais relevante para o tema de estudo da sua pesquisa. Depois de todas as obras selecionadas e feito o fichamento das fontes inicia a produção do artigo.

Para a pesquisa desse artigo, pude contar com as obras de professores e mestres da Uninter, além de selecionar nos sites acadêmicos artigos fundamentais para o embasamento teórico do tema explanado, e ainda promover um diálogo sobre conceitos com dois grandes historiadores franceses Pierre Nora e Jaques Le Goff. Realizando assim este artigo científico.

Compreendendo a relevância dos métodos apropriados para a realização de uma pesquisa de cunho científico com um excelente embasamento teórico.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao pararmos para lembrar da nossa infância, invocamos diversos sentimentos, saudade, felicidade, nostalgia e até tristeza. Choramos, sorrimos ao compartilhar essas lembranças, são memórias marcadas no nosso consciente que nos faz sermos quem somos; essas memórias serão sempre lembradas por nós, mas quando essas memórias fazem parte de um coletivo, da história de um grupo social é preciso resguardar essa memória.

Nesse artigo explicamos conceitos de memória, história, patrimônio e educação patrimonial; demonstrando como cada um desses temas estão interligados na concepção de preservação; e como a preservação está diretamente conectada a formação da identidade individual e coletiva, sendo a identidade coletiva aquele sentimento de pertencimento que nos faz sentirnos parte de um lugar. E dessa forma conseguimos entender a importância de se dialogar questões que estão intimamente ligadas ao processo de preservação do patrimônio histórico e cultural.

Quando falamos em preservação de patrimônio e cultura, utilizamos a cidade de Palmas de Monte Alto no sudoeste da Bahia como um exemplo, cidade histórica de grande acervo arquitetônico colonial, e de grande patrimônio cultural imaterial, na qual não se tem uma política pública de preservação.

Analisando a questão patrimonial de Palmas de Monte Alto, buscando solucionar o problema encontrado, surgiu a necessidade da elaboração de projetos que deem um respaldo jurídico na busca da proteção desses patrimônios.

Entendemos que a melhor forma de se resguardar a memória, a história e a cultura de uma cidade, é com a criação de lugares de memória, ou seja, museus, casas de memória entre outros.

No caso dessa cidade em questão, a criação de meios para resguardar e proteger o patrimônio, a exemplo, um museu da cidade, onde através de um trabalho de pesquisa e entrevista adquirissem objetos e relatos afim de reconstituir a história da cidade, e conservar a memória dos seus cidadãos, garantindo o acesso ao conhecimento de seu lugar de vivência para as gerações futuras.

Elaborar processos para solicitar o tombamento das construções coloniais, como as casas das fazendas ou as casas que hoje funcionam a sede da prefeitura e do presidio. Criar casas de memória para resguardar a memória dos grandes personagens que fizeram parte da história da cidade, contribuindo com feitos e conquistas para que seu lugar de pertencimento fosse melhor, se doando diversas vezes para a formação da identidade dessa sociedade.

Enfim, a nossa vida é construída por histórias e memórias que montam o quebra-cabeça de nossa existência, assim as lembranças e tradições dos nossos avós, que por sua vez passaram para os nossos pais, que se juntaram com as memórias deles e passaram para nós, da mesma forma um dia juntaremos nessa

bagagem as nossas lembranças, tradições e memórias e iremos transmitir para nossos filhos que passaram para os filhos deles e assim até se formar uma descendência.

Analisando essa trajetória as memórias já não pertencem a um único indivíduo, porém, são propriedade de um grupo em comum, assim acontece com a história, quando se associa com as memórias, as tradições, as festas, as culturas e patrimônios; já não é mais de um, e sim do coletivo, dever e direito de uma sociedade. Cuidar, proteger e preservar nosso passado é garantir uma história de todos, para um futuro feito para todos.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Patrimônio**: Discutindo Alguns Conceitos. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967>. Acesso em: 18 dez. 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e Políticas Públicas de Preservação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes. 2016.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A Problemática dos Lugares. Proj. História. São Paulo, (10), p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

PALMAS DE MONTE ALTO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Palmas\\_de\\_Monte\\_Alto&oldid=59619873](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Palmas_de_Monte_Alto&oldid=59619873). Acesso em: 19 dez. 2020.

RODRIGUES, Giseli Giovanella. MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **A Importância da Memória para uma Cidade**. Revista Destaques Acadêmicos,

ano 2. n. 2. p. 23-26. 2010. CCHJ/UNIVATES. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/61>. Acesso em: 19 dez. 2020

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. **Orientações e Dicas Práticas para Trabalhos Acadêmicos**. 2. ed. Curitiba: InterSaber, 2014.

SCARPIM, Fábio Augusto. TREVISAN, Mariana Bonat. **História e Memória Diálogos e Tensões**. Curitiba: InterSaber, 2018.